

Guarita kaingang: a violência dos arrendamentos

CEDI - P. I. B.
DATA 21, 08, 86
COD KGD 14

Guarita, a maior reserva kaingang do Rio Grande do Sul (23.183 ha.), voltou a ser, no ano passado de 1983, lugar "quente". Conflitos mais ou menos graves, quase sempre ligados ao arrendamento das terras e roubo de madeira, vinham acontecendo nos últimos anos, mas agora esta mesma terra banhava-se em sangue: cinco mortos e treze feridos, todos eles índios. A tensão continua até hoje.

No dia 25 de janeiro estourava a mal chamada briga de caciques. O Conselho indígena, considerando que o índio Ivo Sales abusava do cacicato para maltratar os índios e desviar para si próprio o dinheiro dos arrendamentos de terras e venda de madeiras, o destituiu, aproveitando uma das suas ausências, e nomeou Domingos Ribeiro no seu lugar. De volta, porém, <sup>Ivo</sup> armou seus homens e negou-se a entregar o cargo. Nesta situação os que apoiavam Domingos, temendo represálias, abandonaram a área e procuraram refúgio no "exterior", no salão paroquial de Miraguaí. Seguiram-se dias de tensão e de negociação. No dia 28 os representantes da FUNAI endossaram a proposta de dividir a área indígena e manter dois caciques, decisão aplaudida pelos índios que de modo nenhum querem voltar ao domínio do cacique Ivo. Até hoje, os índios das outras reservas consideram que foi tomada uma decisão errada, contrária ao sistema kaingang. ANAI, de Porto Alegre advertia que, com a divisão da reserva e a aceitação de dois caciques "oficializou-se a beligerância, institucionalizando-se as disputas" (ZH, 10.02.83). Bem informada, a Comissão Pro-Índio, de São Paulo, tinha logo alertado: "A FUNAI, ao tomar uma atitude desse tipo, está se omitindo de solucionar o problema real, tratando o conflito apenas como disputa entre dois caciques, em vez de lutar pela garantia dos direitos do povo kaingang da Guarita, contra a corrupção e exploração de suas terras. A divisão de terras parece mais um tratamento de sintoma, uma vez que as razões reais do conflito estão ligadas à exploração indiscriminada de madeira da reserva, sem que esta beneficie à comunidade em geral" (ZH, 02.02.83).

-----  
ZH = Zero Hora, jornal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Guarita é terra e madeira. Desde a sua demarcação em 1918, Guarita ficou com 23.183 ha, das quais 7.283 estariam ocupadas por matas nativas. Vivem na área uns 2.000 Kaingang e um grupo de 100 Guaraní -números mais precisos não estão disponíveis-. "Quando a atuação do SPI (após 1941), instaurou-se o sistema de arrendamento das terras indígenas para fins agro-pastoris. Fora ainda a reserva atingida por levas de "sem terra", que entraram um tanto quanto pacificamente na reserva, em inícios dos anos 60... Suspensão e arrendamento pelo Estatuto do Índio (1973) todos os ocupantes passem à situação de posseiros; os que detinham pequenas e médias posses saíram da reserva entre 1978 e 1979, mas os grandes posseiros, que integram a elite econômica regional (Schernekki, Roewer, dentre outros) e inclusive têm propriedades significativas fora da reserva indígena, lá se mantêm..." (L.T.L. Simonian, Visualização: Estado expropria e domina povo guarani e kaingang. Ijuí, 1980, p. 32). Em 1979, dezembro, os missionários da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil denunciavam que "não se trata de colonos lutando por um pedaço de terra e sim de grandes agricultores que visam apenas explorar os índios". Em março de 1981, a pedido da FUNAI, a polícia federal embargou a colheita de soja e milho, plantados em cerca de 9.000 ha. Chegou-se a um acordo, que, como tantos outros, ficou letra morta. Foi também em 1981 quando o roubo de madeiras alcançou níveis alarmantes e escandalosos. Entidades e instituições preocupadas com a devastação do patrimônio indígena, assinaram a "carta de Redentora" (26.8.81). Novo ato de perjúrio e prevaricação por parte dos que deveriam observá-lo. No início de 83 podia calcular-se que os arrendatários na área indígena atingiam novamente perto de 300, explorando 10.000 ha. das 11.000 ha. disponíveis para lavoura, segundo declaração de Neri Kamesá Ribeiro, que fora presidente da Associação Indígena de Produtores Rurais da Guarita desde o final de 81 até quando o cacique Ivo interferiu e ficou como "dono" dos arrendamentos.

O conflito de janeiro não era, pois, uma simples briga de caciques. Eram os interesses econômicos a causa da divisão. Já neste mês de janeiro o reporter de Zero Hora observava que "esse jogo de interesses econômicos parece estar gerando toda a violência que pode levar até a um enfrentamento armado entre as duas facções. Domingos Ribeiro acusa seu adversário de tirar os índios da terra e distribuí-los, mediante arrendamento, para colonos brancos ou portugueses, como chama os não índios. Nós ficamos sem terra, explica, enquanto o Ivo entrega tudo quanto é lavoura mecanizável para os colonos. E aos índios eles acabam deixando apenas as terras mais distantes e onde só se pode plantar milho" (ZH, 27.01.83).

De fato, os arrendatários seguiam preocupados e atentos os lances desse conflito, que tinha muito de inédito e representava um movimento que podia acabar dando uma guinada na prática dos arrendamentos. O presidente da ANAI comentava: "Verifica-se, assim, que os interesses econômicos regionais, aliados à omissão ou conivência da FUNAI, são os responsáveis diretos pela exploração que se faz sobre a comunidade de Guarita, contendo, também, com lideranças indígenas que se deixam corromper. Esta corrupção, aliás, não surpreende num quadro secular em que ao índio, afóra negar sua identidade, nenhuma outra opção digna é oferecida. Esta dominação instituída sobre Guarita, e similar a que ocorre em outras áreas indígenas, constitui-se em verdadeira "municipalização" da terra indígena e de suas riquezas, deixadas à cobiça dos interesses não-índios locais. Aliás, somente a estes pode servir a divisão que a FUNAI consubstanciou sob a inspiração de um coerente "porrete da paz" (08.02.83). Num gesto não sem ironia, o procurador geral da FUNAI, Afonso Augusto<sup>de</sup> Moraes, tinha erguido um porrete kaingang como "símbolo da paz" que acabava de ser assinada entre os dois caciques na noite de 28.01.83.

Como era de prever, depois da divisão da área, a tensão continuou. No início de maio, um dos subordinados do cacique Ivo, Eloir Jacinto, teria intentado derrubá-lo. Um agente da polícia federal, Telmo de Lima Freitas, que na época morava na área, no setor de Irapuã, teria descoberto o plano e o grupo dos envolvidos foi levado para o Posto Indígena de Ligeiro.

A maior tensão, porém, dar-se-ia na divisa que os dois grupos acusavam-se mutuamente de não respeitarem. Foi assim que no dia 2 de junho um grupo de uns 150 índios saíram de Irapuã, fortemente armados, atravessaram Miraguai e se dirigiram ao Posto de Guarita com a vontade manifesta de atacá-lo e matar Domingos Ribeiro; uma ação de modo nenhum improvisada nem feita a escondidas. As armas foram fornecidas por brancos que viam na retomada da área nas mãos do cacique Ivo um aval para seus interesses. Numa rápida reação o grupo de Guarita resistiu ao ataque, no qual ficaram cinco mortos e uns treze feridos; os mortos pertenciam todos ao grupo atacante do cacique Ivo. No mesmo lugar da batalha morreram Ramão Bento, 68 anos, pai de 9 filhos, Sebastião Carvalho, 60 anos, 4 filhos, Sérgio Bento, 23 anos, 1 filho, José Leopoldino, 25 anos, 1 filho, e no hospital faleceu logo Vicente Fongue, 63 anos, 2 filhos.

Agora as manchetes de jornal falavam da guerra entre os kaingang. A FUNAI, através do próprio presidente, persistia em considerar o conflito como uma "disputa de família". Os prefeitos da região exigiam uma urgente intervenção; de fato consideravam que era chegada a hora de repartir a área em lotes para os índios e o resto liberado para arrendamentos fixos. O principal defensor desta ideia era - e continua sendo - o prefeito de Miraguai, Jorge Forolnick dos Santos. Já os vigários católicos e pastores protestantes da mesma região pediam um inquérito formal sobre a atuação criminosa de alguns brancos, que tinham armado os índios e com seus veículos tinham possibilitado o deslocamento para a agressão. Lembavam ainda que a re-

serva é domínio da União e sobre ela os municípios não têm jurisdição nenhuma; que a prática dos arrendamentos agora com mais de 30 anos, resultou num verdadeiro desastre para as terras e a vida do povo kaingang. Este sistema de arrendamentos só conseguiu empobrecer a terra, desmatá-la irracionalmente e torná-la objeto de cobiça, sem nenhum proveito real para o povo indígena. Pediam, enfim, que as autoridades, tanto policiais como municipais, pensassem em exercer sua intervenção, não com os índios, que escapam a sua jurisdição, mas sim sobre os não índios que causam tantos problemas aos índios impunemente (Miraguaí, 04.06.83).

No dia 8 foi realizado na Assembléia Legislativa, em Porto Alegre, um debate público sobre Guarita. A FUNAI não se fez presente, apesar de sua promessa. Autoridades e entidades representadas assinaram manifestos, solicitando às autoridades competentes:

- 1) o término dos arrendamentos sobre a área indígena até, mais tardar, novembro de 1983 (mas os prefeitos e líderes sindicais só aceitaram "até mais tardar, maio de 1984", diferença que obrigou à produção de dois dois documentos);
- 2) que, a partir de hoje, não mais se permita a negociação de arrendamentos sobre a terra indígena;
- 3) o imediato desarmamento dos índios;
- 4) o desfazimento da divisão efetuada na Reserva, pela FUNAI;
- 5) o término imediato dos abates de madeira verde na Reserva Indígena; e
- 6) recursos para que os Kaingang e Guarani de Guarita tenham uma vida livre e subsistência digna.

~~Extensamente~~ A proteção da data do fim dos arrendamentos ia permitir, como de fato tem permitido, a prevaricação. Os prefeitos da região -exceto o de Tenente Portela-, declaradamente a favor dos arrendamentos, sabiam que com o tempo podiam fazer de novo a cabeça dos índios e recriar as condições que tornam "necessários" os ditos arrendamentos.

Conivente com a "municipalização" da questão de Guarita, a FUNAI convocou nova reunião a ser realizada em Três Passos no dia 22.06.83. A FUNAI era representada pelo coronel Roberto dos Guaranys, o procurador-geral Afonso Augusto de Moraes e a subdelegada regional, Paula Ebling. A pesar de convidados oficialmente muitos foram barrados à entrada, dentre os quais caciques e líderes indígenas, lideranças sindicais, vigários e pastores da região. Depois de 6 horas de reunião, saiu um documento que novamente prometia o fim dos arrendamentos e a unificação da reserva de Guarita. O prefeito de Três Passos, José Oppermann, aprontou um ridículo "cachimbo de paz", onde ficava significada a "brincadeira" do acordo que vinha de ser assinado. De fato não se chegou a nenhuma conclusão sobre o roubo de madeira. Não se tocou com decisão na questão das armas que aparecem nas mãos dos índios a qualquer conflito. E o mais grave: não se concluiu nada oficialmente sobre o modo de enfrentar a eventual reação dos arrendatários brancos, que exploram as terras indígenas, se os caciques realmente cumprissem a promessa de acabar com os arrendamentos ilegais até maio de 1984. É discutível, pois, o alcance do acordo formal de paz que os dois caciques, pela segunda vez, este ano, celebraram com sorrisos e abraços, advertiu certemente o repórter de Zero Hora (25.06.83).

Antes do fim do ano, tanto o cacique Ivo como o cacique Domingos já tinham voltado sobre a decisão de acabar com os arrendamentos. O atrelamento da "oligarquia" kaingang às vantagens imediatas que fornecem os "patrões" brancos deixava de novo as portas abertas para o processo iniciado: a municipalização da questão indígena e a marginalização da maioria dos kaingang que se sentem estrangeiros na própria terra. Por outra parte, parecem estar bloqueados os caminhos para uma afirmação da identidade kaingang, como seriam o fortalecimento do conselho dos velhos, a comunicação com outras lideranças indígenas, um sistema educativo mais autêntico...

A situação de Guarita deve ser seguida de perto porque é de fato um "aviso pr<sup>e</sup>vio" do que possa acontecer em outras áreas indígenas, quando entram no processo da "emancipação municipalizada". Mesmo a tragédia da morte dos índios não passa de manchete de jornal de um dia.

(Fare um mapa da área indígena de Guarita, podem aproveitar, refazendo-o, o que aparece no nº 20, de Luta Indígena (novembro 83), do CIMI-Sul, Xexerê.